

| 82 | NA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX: UMA PERIODIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Alicia Duarte Penna

Resumo

Apresenta-se, aqui, para o caso da estruturação da cidade brasileira entre meados do século XIX e meados do século XX, o esboço de uma periodização histórica em que o espaço, não puramente a economia ou puramente a política, é o fio condutor. Norteia essa periodização a busca de correspondências entre modo de produção, estrutura intraurbana e vida urbana, situando-se-as no âmbito da reprodução das relações sociais de produção, para além da esfera ideológica, na esfera mesma da vida.

Palavras-chave: modo de produção, espaço, tempo, corpo

*“La production d’espace, ce n’est pas un incident de parcours,
mais une question de vie ou de mort”*

Henri Lefebvre, em *La production de l’espace*

Dentre as definições de “modo de produção” enunciadas pelo próprio Karl Marx (MARX; ENGELS, 1972) e lembradas por David Harvey (2006), destacamos aqui aquela que abrange, mais do que simplesmente a reprodução da existência, a própria existência, o modo de vida. Se dessa definição podemos aferir, marxianamente, que “o caráter da relação entre base ou infra-estrutura e superestrutura é muito mais complexo” (BOTTOMORE, 1988, p.27), lefebvreanamente (LEFEBVRE, 2000), espaço, tempo e corpo escapam à distinção e à hierarquização base-estrutura-superestrutura. Não nos deslocamos da estrita tradição marxista, portanto, ao supor que as histórias – do modo de produção, do espaço, do tempo e do corpo – são uma só, e não apenas por suas mútuas determinações. Ora, se o modo de produção transforma-se não meramente segundo a escassez e a abundância que produz, pois produção é reprodução, tampouco essa se restringe à esfera ideológica: estamos, aqui, na esfera da vida.

Como essa história – do modo de produção, tanto quanto do espaço, do tempo e do corpo – teria se concretizado na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX? Para responder a essa imensa pergunta (central a tese de Doutorado em Geografia desenvolvida no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, e defendida em agosto de 2011) recorreremos a fontes secundárias – textos científicos, obras literárias, depoimentos orais e fotografias, na tentativa de abranger um universo composto por seis cidades - Belo

Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo -, atravessando-se um século. Dessa reunião de diferentes autores e abordagens, elaboramos uma descrição que, por sua vez, conduziu-nos à síntese - à periodização histórico-geográfica - que aqui apresentamos.

O primeiro período dessa história-geografia iria da primeira cidade - a que denominamos cidade do espaço, do tempo e do corpo únicos- à segunda - a cidade do espaço único, dos tempos e dos corpos revelados. Nesse período, vai-se, segundo Martim Smolka (1982), da cidade colonial à cidade comercial, de uma forma urbana concentrada com seus pontos focais a uma forma urbana concentrada com sua rua principal, na qual os senhores mais tempo passam e mais gastam, numa vida na cidade que já é diferente da vida no campo, mas onde, segundo Paul Singer (1993), não irrompe a contradição entre dominados e dominantes. Segundo Flávio Villaça (2001), tal corresponderia à cidade sem setores, em que não há dominação política e econômica através do espaço urbano, em que não há um centro que torne vantajosa tal ou qual localização, em que não há economia de viagens. Segundo Paul Singer (1993), trata-se de um período em que a cidade colonial ou da conquista guarda-se na cidade comercial, em que não há conflito entre as classes - entre a classe senhorial e a de comerciantes, financistas (usurários) e transportadores-, nem entre modos de produção. Corrigindo esse aspecto, Francisco de Oliveira (2003) dirá que não há, aí, ainda, classes. José de Souza Martins (2008a), por sua vez, referindo-se à escravidão, dirá que a pobreza que há, aí, é de liberdade, de humanidade.

Nesse período, nessas cidades, o centro que há o é somente por ser o local onde se concentram, mas não exclusivamente, os usos não residenciais. Por esse centro, onde se encena a vida na cidade diferente da vida no campo, a cidade não se distingue dos arrabaldes, senão por essa encenação. Não há, aí, uma desigualdade; não há uma pobreza e uma riqueza dadas pela disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e pela economia de viagens; dadas por uma periferia e um centro. Há desigualdade quanto à qualidade de construções, o que distingue o senhor ou o patrão do trabalhador autônomo, e dominação política e econômica através do espaço arquitetônico, o que distingue o trabalhador ou o morador autônomos do escravo ou do empregado sob o teto alheio do senhor ou do patrão.

Aquela acentralidade, somada à realização de muitas atividades no espaço público (muitas posto que ainda não poucas, interditas ou deslocadas ao espaço privado), porém, converte a pobreza e a riqueza de liberdade, ou a assimetria (não a desigualdade) entre corpos sociais - anulado o do escravo pelo do senhor -, em uma desigualdade (agora,

sim) entre corpos espaciais – pobre, em vivência¹, o do senhor, e rico, em vivência, o do escravo que circula livremente.

Sob a dominação que recobre toda a cidade e seus arrabaldes, trata-se de um corpo e de um tempo únicos, em e por um espaço único. A inexistência de luta entre classes (ou de classes propriamente) e entre modos de produção corresponde a essa estrutura sem uma periferia e sem um centro que a ela se contraponha, a uma pobreza que sequer pode se distinguir da riqueza, a um trabalho(?) em que o trabalhador(?) não é proprietário sequer do corpo-força-de-trabalho, a um capital(?) que não se separou do trabalho(?).

Foi essa cidade obra? Havia, aí, estilo, ainda que no seio da miséria e da opressão (direta)? Tendemos a afirmar: sombriamente, o escravo² não equivale ao camponês, nem ao camponês tornado operário em busca também da cidade³, ainda que também para o escravo a vida na cidade pudesse diferir da vida no campo. As cidades que poderiam ser assim qualificadas, se o desejamos, seriam aquelas em que há tempo e corpo próprios (e, portanto, apropriação, ou experiência) e o espaço que os reúne. Lampeja, aqui, essa cidade-obra, enquanto se trata menos da luta de classes e mais do conflito entre modos de produção? Apaga-se ela, aqui, quando um modo de produção passa a dominar?

No período seguinte, que se estenderia da segunda cidade – a cidade do espaço único, dos corpos e tempos revelados – à terceira – a cidade do espaço dividido, dos corpos e tempos obscurecidos –, segundo Martim Smolka (1982), instala-se, aqui, a segregação social urbana, menos, porém, pelo surgimento das fábricas, mais pelo surgimento do centro; menos pela conversão da cidade em centro de produção, mais pela sua conversão em produto, segundo Paul Singer (1993). Por tudo isso, instala-se aqui qual pobreza, qual riqueza; qual escassez, qual abundância?

Segregando-se essa cidade e dividindo-se o seu centro, segundo Flávio Villaça (2001), instala-se a dominação política e econômica através do espaço urbano, verificando-se, então:

- quanto à disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade das construções, uma desigualdade entre os que estão nos setores de moradia das camadas de baixa renda e os que estão nos setores de moradia das camadas de alta renda;
- quanto à economia de viagens, uma igualdade – entre os que moram no setor abandonado do centro e os que compensam a distância do setor nobre do centro com sua mobilidade –,

¹ Cf. BENJAMIN (1987). Tomando-se a terminologia benjaminiana, poder-se-ia falar em *experiência* sob a relação assimétrica e, portanto, não transindividual escravo-senhor?

² E o empregado, quase-escravo- branco nas palavras de Gilberto Freyre (1951), nessa medida.

³ Cf. PERROT (1988).

e uma desigualdade – entre os que moram na periferia subequipada que não é região industrial, de um lado, e, de outro, os que moram na periferia subequipada que é região industrial, os que moram no setor abandonado do centro e os que compensam a distância do setor nobre do centro com sua mobilidade.

Verdadeiramente modesta – ou pobre – passaria a ser, então, a condição daquele cujo critério de escolha do local de moradia é exclusivamente a proximidade do trabalho. Não obstante, é no central que se misturam o tempo livre e o tempo do trabalho – criativo –, para os que, autônomos como Sinhô (compositor) e Cartola (compositor), circulam livremente, como o fruto do seu trabalho, entre tempos como entre espaços; para esses corpos apropriados em que vida e morte (eroticamente) se tangenciam.

Quando (e onde) se separam o tempo livre do tempo do trabalho, o criativo do repetitivo, quando já se alcança aquela sofisticação da compreensão do lucro (aquela sofisticação da separação entre o capital e o trabalho) de que nos falou José de Souza Martins (2008a), alcança-se o centro, pela diversão⁴ que pretende afastar a morte, pela alienação do corpo-do-capital do corpo-do-trabalho.

Num mesmo movimento, alcança-se a sofisticação da compreensão da exploração: o bairro proletário, a favela (à época identificada como um conjunto de bairros). Apartados o fruto do trabalho e o trabalho na cidade, o que não é o tempo do trabalho é o tempo livre, tornado tempo próprio, apropriação. Indivisível o eu operário na fábrica-oficina, indivisível o operário que é artesão, o morador do bairro proletário que é agente de movimento social, indivisíveis os prováveis operários no bonde e na festa, na periferia que ainda não o seria propriamente, posto que produto e obra de seus moradores, como demarcou Odette Seabra (2004). Se já não lampeja nessa cidade o corpo suado, posto que apartado do corpo aseado – ambos obscurecidos, então –, ainda lampeja, nessa cidade-produto, com seu único centro (ainda que dividido) e seus bairros, a obra: o corpo espacial, ainda que social, a apropriação sob a dominação-exploração, sob a acumulação primitiva, como quis Francisco de Oliveira (1981).

Sob essa acumulação, casam-se o centro e o bairro: o primeiro, monumento pela dominação (sobre a apropriação), pelo espaço (sobre o tempo), e o segundo, monumento pela apropriação (sob a dominação), pelo tempo (sob o espaço)⁵. Sob essa dominação política e econômica através do espaço urbano, desigualam-se os que moram na periferia

⁴ Cf. SEVCENKO (1992).

⁵ Cf. CERTEAU (2004).

subequipada que não é região industrial e os que moram na periferia subequipada que é região industrial: menos verdadeiramente modesta ou pobre a condição dos que são do bairro. Se tanto aqui, como ali, vida e morte (precariamente) se afastam – ruas sem calçadas, casas antigas, bairros pobres, bem pobres⁶ –, aqui também (eroticamente) se tangenciam – o borbórinho e a alegria, o carnaval, as assembleias públicas – pelos corpos e tempos não repetitivos, pelas ruas, no subcentro. Nem tão pobres os que puderam morar onde trabalham.

Finalmente, no período que se estenderia da terceira cidade – a cidade do espaço dividido, dos corpos e tempos obscurecidos – à quarta – a cidade do espaço fragmentado, dos corpos e tempos apagados –, surgidas as fábricas, convertida a cidade em centro de produção, dominante um modo de produção, em luta as classes e, segundo Flávio Villaça (2001), dividido o central entre o centro e os subcentros, a desigualdade quanto à disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade de construções entre os setores das camadas de baixa renda e o setor da camada de alta renda passa a coincidir com a desigualdade quanto à economia de viagens: eis a periferia ante o centro, e vice-versa. Eis a estrutura onde se farão opacas as relações sociais de produção? Eis a metrópole?

Eis que ante a intensificação do trabalho, dividido na fábrica, divide-se o operário da massa pobre urbana. Para o operário, vida e morte não mais se afastam precariamente: pela casinha própria guardada por portão de ferro, com seu jardim, com seu fogão a gás⁷; pelas coisas humanizadas – frutos do trabalho desumanizado –, afasta-se a negatividade da

⁶ Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Karl Marx (1978, p.22, grifos do autor) escreve: “[...] o quarto de porão do pobre é uma habitação hostil, que ‘retém uma potência estranha, que só se entrega a ele quando ele entregar a ela seu suor e seu sangue’, habitação que ele não pode considerar como *lar* – onde, finalmente, pudesse dizer: aqui estou em casa –, onde ele se encontra muito mais em uma casa *estranha*, na casa de *outro* que o espreita diariamente e que o expulsa se não pagar o aluguel. Igualmente, do ponto de vista da qualidade, vê sua casa como o oposto à habitação humana situada no além, no céu da riqueza”.

⁷ Milton Santos (1979, p.9), em *Pobreza urbana*, pergunta: “De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre, agora, em comparação à situação de 10 anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence”. Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Karl Marx (1978, p.110) já escrevera: “A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca e garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes”. Em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, o mesmo Milton Santos (2006, p.327) escreve: “As classes médias amolecidas deixam absorver-se pela cultura de massa e dela retiram argumento para racionalizar sua existência empobrecida. Os carentes, sobretudo os mais pobres, estão isentos dessa absorção, mesmo porque não dispõem dos recursos para adquirir aquelas coisas que transmitem e asseguram essa cultura de massa. É por isso que as cidades, crescentemente inigualitárias, tendem a abrigar, ao mesmo tempo, uma cultura de massa e uma cultura popular, que colaboram e se atrimam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem num jogo dialético sem fim”. Adiante o autor (SANTOS, Milton, 2006, p.327) faz aproximarem-se os conceitos “cultura de massa” e “práxis repetitiva”, “cultura popular” e “práxis inventiva”. Nesse sentido, não se trata de contabilizar uma maior ou menor pobreza ou riqueza materiais entre períodos, mas de associar a acumulação de coisas (da qual se nutre a cultura de massa) ao amolecimento da práxis inventiva, ao amolecimento do cotidiano, ou à cotidianidade.

vida (e do trabalho), em casa, em família, mais do que no bairro, mais do que na cidade, miniaturizados esses monumentos. Em casa, miniaturizam-se o tempo cósmico em tempo de sobra; a apropriação em economia (em propriedade); a dissipação do corpo (a experiência) em reprodução da força de trabalho (em vivência).

Para a massa pobre urbana, vida e morte anulam-se: produção sem reprodução e vice-versa; nem cotidianidade, nem cotidiano, mas corpo crônico, tempo-coisa, e coisa alguma. Para os outros, divididos do operário e da massa pobre urbana, entretanto, a abundância também não reproduz uma renovação triunfal da Festa (nem da experiência-transindividual).

Na cidade-metrópole – unidade esfacelada em periferias e centros (e esfaceladas as periferias, em cada coisa, até cada corpo domesticado, e os centros, em cada coisa, até cada corpo glamurizado)⁸ –, miniaturiza-se a obra, agiganta-se o produto, numa desigualdade entre rigorosamente desiguais, numa igualdade entre rigorosamente iguais, sob o mínimo e o máximo, sob a cotidianidade, sob a impossibilidade da reunião no e pelo espaço, do urbano? Sob a opacidade das relações sociais capitalistas de produção – no e pelo espaço –, sob a reprodução das relações sociais capitalistas de produção – no e pelo espaço –, respondemos. Mas também sob a acumulação primitiva estrutural, respondemos mais completamente, com Francisco de Oliveira.

Se a tese de Martim Smolka (1982, p.16, grifos nossos) é a de que “é possível discernir em diferentes momentos certas inter-relações entre o processo de estruturação social e econômico e o processo de estruturação espacial”; se a de Edward Soja (1993, p.13-14, grifos nossos) é a de que é “cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala”, e se a de Flávio Villaça (2001, p.45, grifos nossos) é a de que a estruturação do espaço intraurbano brasileiro “só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas”, qual é a nossa tese?

⁸ No período que se iniciaria por essa quarta cidade, eclodiria a luta entre esses dois corpos – o domesticado e o glamurizado? Em “Uma outra pobreza urbana”, Margareth Afeche Pimenta (2003, p.74) denomina “equilíbrio neurótico” a coexistência entre o estímulo a um consumo compulsivo e o empobrecimento contínuo da população. Para a autora (PIMENTA, 2003, p.74), “quanto mais ampliada a diferenciação e a exclusão social, maior a necessidade de aquisição de signos”. Alba Zaluar (1998, p.255), por sua vez, em “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência urbana no Brasil”, mostra como a passagem de um consumo “familiar para um consumo de ‘estilo’ muito mais caro” é também responsável pelo aumento da violência urbana no Brasil.

Nossa tese – ou o que nos foi revelado – é: se o espaço torna-se um instrumento de dominação política da burguesia, isso não se daria somente pela organização da produção, pela divisão do trabalho, pelo controle da mão de obra necessário à acumulação. Esses mesmos organização-divisão-controle, impulsionados ao – e pelo – espaço, são impulsionados ao – e pelo – corpo – de trabalhadores e mesmo de não trabalhadores – e ao – e pelo – tempo de uns e de outros. Trata-se, portanto, mais do que garantir “o controle do processo de produção” (SMOLKA, 1982, p.31), ou “as condições de acumulação lucrativa do capital e do controle da mão-de-obra” (SOJA, 1993, p.217); mais até do que favorecer “a reprodução das relações sociais de produção dominantes, inclusive na esfera ideológica” (SMOLKA, 1982, p.31): a reprodução das relações sociais de produção serve-se do espaço, tanto quanto do tempo e do corpo – dessa realidade prática, dessa existência concreta (cf. LEFEBVRE, 2000, p.136). “É no cotidiano que se tem prazer ou sofre. Aqui e agora”, escreveu com inusitada simplicidade Henri Lefebvre (1991a, p.27) em *A vida cotidiana no mundo moderno*.

É também por esses prazeres e sofrimentos, por essa outra escassez e essa outra abundância, que nossa história se distingue. Na cidade brasileira, entre os séculos XIX e XX, o que se forjou não foi a desigualdade entre periferia e centro, entre pobreza periférica e riqueza central: forjaram-se, aí e então, desencontros entre o social e o econômico, que, se desencontro estrutural, é também identitário, ou vital, se desejamos escapar ao quarto de despejo da cultura. Se, de um lado, esta é uma história da alienação da vida, ela é também uma história da afirmação da vida.

Em *Memórias videntes do Brasil: a obra de Pedro Nava*, José Maria Cançado (2003) analisa um trecho de “Chão de ferro”, em que Pedro Nava (1976, p.294) narra a ida dos meninos do Colégio Pedro II à Sorveteria Pérola, no Rio de Janeiro, lembrando-se “dos sorvetes multicolores dos nossos oito Pérolas que os anos não trazem mais”, esquecendo-se “das longas dores por via de pequenas alegrias”. A essa metonimização – “oito Pérolas” no lugar de “oito anos”, “o objeto sumarento e inesquecível” no lugar dos sujeitos – José Maria Cançado (2003, p.164) nomeia, em oposição à reificação e ao aprisionamento do sujeito no objeto, “desantropomorfização-surpresa, com a qual possa haver mais ser, não menos ser”, uma desantropomorfização que significa “o jogo e as transformações de uma identidade protéica”. Esse o jogo do escravo que circula livremente, do Cartola, do Sr. Amadeu, do Adoniran, da família de José de Souza Martins, e de Carolina Maria de Jesus. O objeto sumarento e inesquecível de que se compõe sua identidade proteica é o que é variável, tanto quanto o são seus carecimentos: a liberdade, a criação, o reconhecimento, a maloca mais linda, o jardim e o fogão a gás, a casa no bairro. Tornados esses carecimentos do outro

quando se chega à metrópole? Sim, mas não, se apostamos nessa identidade, ou nessas identidades proteicas⁹, na desantropomorfização (do sujeito) como na humanização (da coisa), na apropriação sob a dominação, no gozo sob a necessidade.

Por esses outros prazeres e sofrimentos, por essa distinção, qual teoria aqui nos é revelada? Deixemos mais essa pergunta, ou, promissoramente, enfrentemo-la em outra ocasião. Mas finalizemos agora: se a história complexifica a teoria, sem a história os conceitos não se explicam integralmente. Analogamente, com a história, os conceitos podem não explicar integralmente: a teoria simplifica a história. Como precisou David Harvey (2006) em relação ao conceito “classe”: sua definição plena supõe a interação entre dois sistemas conceituais aparentemente díspares: o histórico e o teórico. Por outro lado, como precisou o mesmo autor (HARVEY, 2006, p.25), desta vez em relação ao conceito “modo de produção” tal como aparece em *Grundrisse* de Karl Marx: tornado assim tão abrangente e tão altamente abstrato, sua aplicação é dificultada. Vale-nos, entretanto, e afortunadamente, o conceito formação econômico-social (discreto em Karl Marx, tomado no preciso sentido de coexistência de tempos históricos em Henri Lefebvre), ou formação econômico-social-ideológica, como preferiu Tom Bottomore (1988), o qual, uma vez contada esta história-geografia, histórico-teoricamente, concreto-abstratamente, convertemos em “formação econômico-social-ideológica-espaço-temporal”.

Referências bibliográficas

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Feuerbach: opposition of the materialistic and ideological outlook*. Moscow: [s.n.], 1972.

HARVEY, David. *The limits to capital*. New York: Verso, 2006.

⁹ Haveria, ainda assim, uma identidade, ou, se preferirmos, a coexistência *estrutural* de tempos históricos. José Maria Cançado (2003, p.212) ilustra o que seria o “ciclo longo da memória popular, que pode ser atribuído a um antidarwinismo do imaginário sócio-histórico”, referindo-se a um episódio ocorrido numa pesquisa de campo realizada no sertão da Bahia por pesquisadores norte-americanos e assim narrado por Richard Morse, em *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*: “Ao perguntar [um dos pesquisadores] a seus informantes - a partir de um modelo de investigação que havia dado ‘resultados’ num estudo legislativo dos Estados Unidos - se podiam identificar o presidente do Brasil, uma camponesa idosa e analfabeta respondeu ‘Pedro Álvares Cabral’, o suposto descobridor do Brasil em 1500. Essa resposta deixou desorientados nossos patologistas políticos, pois, ainda que pudessem prever que em seu próprio país uns dez a vinte por cento estivessem drogados ou imaginassem que Roosevelt ou Eisenhower continuavam sendo presidentes, jamais esperariam uma resposta como ‘Cristóvão Colombo’ ou ‘William Bradford’ [...]. Para mim, a persistência do seu nome (Cabral) na imaginação popular durante cinco séculos sugeria menos uma ‘falta de informação’ que um maduro sentido de história, esse mesmo sentido que, como Whitmann deplorava em *Democratic Vistas*, tem tão pouca saída na pobre cultura folk da democracia toquevilliana” (MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.141).

- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Editions Anthropos, 2000.
- SMOLKA, Martim O. *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*. Rio de Janeiro: Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/ PUR, 1982. (Relatórios de Pesquisa UFRJ, 4). Mimeografado.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008a.
- BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros, a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias de São Paulo: representações e crise na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, v.1. p. 271-314.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1- artes de fazer*. Apresentação Luce Giard. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos [1 ed.1844] e outros textos reunidos*. Comp. José Arthur Gianotti; trad. José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro; rev. Técnica Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (1 ed. 1989).

PIMENTA, Margareth Afeche. Uma outra pobreza urbana. In: CASTRIOTA, Leonardo (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/ARTE, 2003. p. 66-77.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência urbana no Brasil. In: SCHWARZ, Lilia (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245-318.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991 (1 Ed. 1968).

CANÇADO, José Maria. *Memórias videntes do Brasil: a obra de Pedro Nava*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

NAVA, Pedro. Cão de Ferro. In: NAVA, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. v. 3.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.